

KEITH THOMAS

# O HOMEM E O MUNDO NATURAL

*Mudanças de atitude em relação às  
plantas e aos animais (1500-1800)*

*Tradução*

João Roberto Martins Filho

*Consultor desta edição*

Renato Janine Ribeiro

*Consultor de termos zoológicos*

Márcio Martins



COMPANHIA DE BOLSO

Copyright © 1983 by Keith Thomas  
*Proibida a venda em Portugal*

*Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990,  
que entrou em vigor no Brasil em 2009.*

*Título original*

Man and the natural world: changing attitudes in England, 1500-1800

Publicado originalmente pela Penguin Books Ltd. Harmondsworth, Middlesex,  
Inglaterra

*Capa*

Jeff Fisher

*Revisão*

Adriana Moretto

Renato Potenza Rodrigues

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

---

Thomas, Keith

O homem e o mundo natural : mudanças de atitude em relação  
às plantas e aos animais (1500-1800) / Keith Thomas ; tradução João  
Roberto Martins Filho ; consultor desta edição Renato Janine  
Ribeiro ; consultor de termos zoológicos Márcio Martins. — São  
Paulo : Companhia das Letras, 2010.

Título original: Man and the natural world: changing attitudes  
in England, 1500-1800

Bibliografia.

ISBN 978-85-359-1597-6

1. Avaliação da paisagem — Inglaterra — História 2. Ecologia  
humana — Inglaterra — História 3. Percepção geográfica —  
Inglaterra — História I. Ribeiro, Renato Janine. II. Martins,  
Márcio. III. Título.

09-13031

CDD- 304.209

---

Índice para catálogo sistemático:

I. Inglaterra : Meio ambiente : Ecologia humana : História 304.209

2010

Todos os direitos desta edição reservados à

EDITORA SCHWARCZ LTDA.

Rua Bandeira Paulista, 702, cj. 32

04532-002 — São Paulo — SP

Telefone: (11) 3707-3500

Fax: (11) 3707-3501

www.companhidasletras.com.br

# SUMÁRIO

Prefácio	11
Agradecimentos	13
Introdução	15

## I. O PREDOMÍNIO HUMANO

1. Fundamentos teológicos 21
2. A sujeição do mundo natural 33
3. A singularidade humana 40
4. Conservando as fronteiras 48
5. Seres humanos inferiores 55

## II. HISTÓRIA NATURAL E ERROS VULGARES

1. Classificação 70
2. Erros vulgares 98
3. Nomenclatura 113
4. Perspectivas em mudança 123

## III. HOMENS E ANIMAIS

1. Companheiros domésticos 130
2. Espécies privilegiadas 140
3. A distância diminui 171
4. Almas animais 194

## IV. A COMPAIXÃO PELAS CRIATURAS BRUTAS

1. Crueldade 202
2. Novos argumentos 212

3. O destronamento do homem 235
4. Novas sensibilidades 245
5. Novas condições 258

#### V. ÁRVORES E FLORES

1. A mata virgem 272
2. O plantio de árvores 280
3. O culto das árvores 301
4. Flores 318

#### VI. O DILEMA HUMANO

1. Cidade ou campo? 345
2. Lavoura ou terra inculta? 360
3. Conquista ou preservação? 380
4. Morte ou mercê? 406
5. Conclusão 425

Abreviações 429

Notas 432

Fontes das ilustrações 534

Sobre o autor 537

## GOVERNANTES E DINASTIAS NA INGLATERRA, (DO SÉCULO XV AO XIX)

### *Dinastia Tudor* (1485-1603)

1485-1509	Henrique VII
1509-1547	Henrique VIII, seu filho
1547-1553	Eduardo VI, seu filho
1553-1558	Maria I, a Sanguinária, sua irmã
1558-1603	Isabel I (ou Elisabeth), sua irmã

### *Dinastia Stuart* (1603-1714)

1603-1625	Jaime I (VI da Escócia)
1625-1649	Carlos I, seu filho, decapitado
1649-1660	<i>Interregno</i> ou <i>República</i>
1660-1685	Carlos II, filho de Carlos I
1685-1688	Jaime II, seu irmão, deposto
1689-1702	Guilherme III, seu genro, e Maria II, sua filha
1702-1714	Ana, irmã de Maria

*Dinastia de Hanover* (1714 em diante; no começo do século XX muda de nome para Casa de Windsor — ainda reinante)

1714-1727	Jorge I, eleitor de Hanover
1727-1760	Jorge II, seu filho
1760-1820	Jorge III, seu filho
1820-1830	Jorge IV, seu filho
1830-1837	Guilherme IV, seu irmão
1837-1901	Vitória, sua sobrinha

### *Observações*

1. O período que vai de 1649 a 1660 é geralmente conhecido como *Interregno*; esse é um nome tão usual que se esquece, às vezes, que nesses onze anos houve uma República (1649-53) e, depois, o Protetorado dos dois Cromwell (1653-9), restaurando-se, então, uma efêmera república de apenas um ano.

2. Jaime II é deposto em 1688 (na “Revolução Gloriosa”) e convoca-se um Parlamento-Convenção para definir quem ocupará o trono. Depois de demoradas tratativas — que incluem a aprovação da Declaração de Direitos — é aprovada a deposição de Jaime, excluído o seu filho varão, e são reconhecidos como reis, *em conjunto*, sua filha e genro.

3. Desde 1707, no reinado de Ana, os reinos da Inglaterra e da Escócia fundem-se num só — o Reino Unido da Grã-Bretanha.

4. Ao falecer Ana, em 1714, já está em vigor uma Lei (que ainda regula a sucessão do trono britânico) excluindo da coroa os católicos, de modo que passa a reinar uma nova dinastia, alemã.

*Renato Janine Ribeiro*  
Consultor da edição

## I. O PREDOMÍNIO HUMANO

*Pergunte a qualquer um na massa de gente obscura: qual o propósito da existência das coisas? A resposta geral é que todas as coisas foram criadas para nosso auxílio e uso prático! [...] Em resumo, todo o cenário magnífico das coisas é diária e confiantemente visto como destinado, em última instância, à conveniência peculiar do gênero humano. Dessa forma, o grosso da espécie humana arrogantemente se eleva acima das inumeráveis existências que o cercam.*

G. H. Toulmin, *The antiquity and duration of the world* [A antiguidade e duração do mundo, 1780, ed. de 1824] pp. 51-2.

### 1. FUNDAMENTOS TEOLÓGICOS

Na Inglaterra dos períodos Tudor e Stuart, a visão tradicional era que o mundo fora criado para o bem do homem e as outras espécies deviam se subordinar a seus desejos e necessidades. Tal pressuposto fundamenta as ações dessa ampla maioria de homens que nunca pararam um instante para refletir sobre a questão. Entretanto, os teólogos e intelectuais que sentissem a necessidade de justificá-lo podiam apelar prontamente para os filósofos clássicos e a Bíblia. A natureza não fez nada em vão, disse Aristóteles, e tudo teve um propósito. As plantas foram criadas para o bem dos animais e esses para o bem dos homens. Os animais domésticos existiam para labutar, os selvagens para serem caçados. Os estoicos tinham ensinado a mesma coisa: a natureza existia unicamente para servir os interesses humanos.<sup>1</sup>

Foi com esse espírito que os comentadores Tudor interpretaram o relato bíblico da criação. Se bem que os especialistas modernos localizem relatos conflitantes incorporados na nar-

rativa do *Gênesis*, os teólogos do início do período moderno, de modo geral, não viam dificuldades para chegar a uma síntese razoavelmente aceita.<sup>2</sup> O Jardim do Éden, afirmavam, era um paraíso preparado para o homem, no qual Deus conferiu a Adão o domínio sobre todas as coisas vivas (*Gênesis*, I, 28). No princípio, homem e bestas conviveram pacificamente. Os homens provavelmente não eram carnívoros e os animais eram mansos. Mas com o pecado e a Queda a relação se modificou. Ao rebelar-se contra Deus, o homem perdeu o direito de exercer um domínio fácil e incontestado sobre as outras espécies. A terra degenerou. Espinhos e cardos nasceram onde antes existiam apenas frutos e flores (*Gênesis*, III, 18). O solo fez-se pedregoso e árido, tornando necessário um trabalho árduo para o seu cultivo. Apareceram pulgas, mosquitos e outras pestes odiosas. Vários animais livraram-se da canga, passando a ser ferozes, guerreando uns com os outros e atacando o homem. Até mesmo os animais domésticos deviam agora ser forçados à submissão.

Então, após o Dilúvio, Deus renovou a autoridade do homem sobre a criação animal:

Temam e tremam em vossa presença todos os animais da terra, todas as aves do céu, e tudo o que tem vida e movimento na terra. Em vossas mãos pus todos os peixes do mar. Sustentai-vos de tudo o que tem vida e movimento (*Gênesis*, IX, 2-3).

Doravante, os homens seriam carnívoros e os animais poderiam ser abatidos e comidos legitimamente, guardando-se apenas as restrições de dieta vigentes. Nesta lei do Antigo Testamento o domínio do homem sobre a natureza se fundou.<sup>3</sup> O advento de Cristo reforçou-a, sendo visto por alguns comentadores como uma confirmação dos direitos humanos sobre o mundo natural; embora também fosse possível argumentar que tais direitos se reservavam aos cristãos verdadeiramente regenerados.<sup>4</sup>

É difícil, hoje em dia, ter noção do empolgante espírito antropocêntrico com que os pregadores das dinastias Tudor e



Stuart interpretavam a história bíblica. Eles não hesitavam em representar os atributos físicos do mundo como uma resposta direta ao pecado de Adão: “A Terra será maldita por causa da tua obra” (*Gênesis*, III, 17). Foi apenas devido ao pecado original que os animais selvagens ficaram ferozes, que existem os detestáveis répteis e que os animais domésticos têm de suportar infortúnio e miséria. “As criaturas não foram feitas para si mesmas, mas para o uso e o serviço do homem”, disse um bispo do tempo de Jaime I. “Se piorou a sua condição não foi por castigo a eles, mas como parte do nosso.”<sup>5</sup>

O predomínio humano tinha, portanto, lugar central no plano divino. O homem era o fim de todas as obras de Deus, declarava Jeremiah Burroughes, em 1657; “Ele fez os outros para o homem e o homem para si próprio”. “Todas as coisas”, concordava Richard Bentley em 1692, foram criadas “principalmente para o benefício e prazer do homem”. “Se procuramos as causas finais, o homem pode ser visto como o centro do mundo”, ponderava Francis Bacon, “de tal forma que se o homem fosse retirado do mundo todo o resto pareceria extraviado, sem objetivo ou propósito”.<sup>6</sup> Alguns clérigos pensavam que após o Juízo Final o mundo seria aniquilado; ele tinha sido feito somente para acomodar a humanidade, sendo este o seu único uso.<sup>7</sup>

Assim, a despeito do pecado original, o direito humano ao domínio permanecia intacto. Ele era ainda “o lugar-tenente e vigário de Deus Todo-Poderoso”. “Todas as criaturas foram feitas para o homem, sujeitas a seu governo e destinadas a seu uso.”<sup>8</sup> Os animais eram menos dóceis que antes, mas não tinham esquecido de todo seus deveres. Como observou Andrew Willet em 1605, ainda persistia “um instinto natural de obediência nessas criaturas que são para o uso humano, como o boi, o asno e o cavalo”.<sup>9</sup> “Por vezes”, dizia Jeremiah Burroughes em 1643, “pode-se ver uma criança pequena guiando uma centena de bois ou vacas para cá ou para lá, a seu talante; isso mostra que Deus preservou algo do domínio do homem sobre as criaturas”.<sup>10</sup> O instinto que trazia os peixes ao

litoral em cardumes, salientava o clérigo não conformista Philip Doddridge um século depois, “parece uma sugestão de que eles se destinam ao uso humano”. O único propósito dos animais, declarava o elisabetano Thomas Wilcox, era prestar serviço ao homem, “para cujo benefício foram feitas todas as criaturas que existem”.<sup>11</sup>

Foi tendo em mente as necessidades humanas que Deus criteriosamente projetou e distribuiu os animais. Os camelos, observou um pregador em 1696, foram sensatamente colocados na Arábia, onde não havia água, e as bestas selvagens “enviadas a desertos, onde podiam causar menos dano”. Constituía um sinal da Providência Divina que os animais selvagens fossem menos prolíficos que os domésticos e que vivessem em covis durante o dia, geralmente saindo apenas à noite, quando os homens dormiam.<sup>12</sup> Além disso, enquanto os indivíduos das espécies selvagens são muito parecidos entre si, as vacas, os cavalos e outros animais domésticos apresentam uma variação muito conveniente de cor e forma, providenciada para que “o homem pudesse distingui-los mais prontamente e saber de quem eles são propriedade”. O médico George Cheyne, em 1705, explicou que o Criador fez o excremento dos cavalos ter bom cheiro porque sabia que os homens estariam sempre na vizinhança deles.<sup>13</sup>

Todo animal estava, pois, destinado a servir algum propósito humano, se não prático, pelo menos moral ou estético. Os animais selvagens necessariamente eram instrumento da ira divina, tendo sido deixados entre nós “a fim de serem nossos professores”, refletia James Pilkington, bispo elisabetano; eles estimulavam a coragem do homem e propiciavam treinamento útil para a guerra.<sup>14</sup> Os moscões, especulava o fidalgo virginiano William Byrd em 1728, foram criados para que “os homens pudessem exercitar suas faculdades e engenho ao se protegerem contra eles”. Os macacos e papagaios foram feitos “para o contentamento do homem”. Os pássaros canoros foram projetados “com o propósito de entreter e deliciar a espécie humana”.<sup>15</sup> A lagosta, observou o elisabetano George

Owen, servia a vários fins em um único: fornecia ao homem alimento, pois ele podia comer sua carne; exercício, pois tinha primeiro de quebrar suas patas e pinças; e objeto de contemplação, pois era possível apreciar sua magnífica carapaça, com seus “saios, braçais (avambraços), espaldeiras, coxotes, manoplas (guantes) e gorjais, curiosamente batidos e forjados pelo mais admirável artífice do mundo”.\* No tocante ao gado e às ovelhas, Henry More estava convencido, em 1653, de que a única razão para eles terem sido criados antes do homem foi a de manter sua carne fresca “até termos necessidade de nos alimentar deles”. Ainda na década de 1830, os autores dos Tratados de Bridgewater sobre a “bondade de Deus conforme é manifestada na Criação” sustentavam que todas as espécies inferiores tinham sido feitas para servir os propósitos humanos. Deus criou o boi e o cavalo para labutar a nosso serviço, disse o naturalista William Swainson; o cão para demonstrar lealdade afetuosa e as galinhas para exibir “perfeita satisfação em um estado de parcial confinamento”. O piolho era indispensável, explicava o reverendo William Kirby, porque fornecia poderoso incentivo aos hábitos de higiene.<sup>16</sup>

Os vegetais e minerais eram considerados da mesma maneira. Henry More pensava que seu único propósito era estender a vida humana. Sem a madeira, as casas dos homens não passariam de “uma espécie maior de colmeias ou ninhos, construída de gravetos e palha desprezíveis e de imunda argamassa”; sem os metais, os homens teriam sido privados da “glória e pompa” da batalha, ferida com espadas, armas e trombetas; em vez disso, haveria somente “os uivos e brados de homens pobres e nus espancando-se uns aos outros [...] com porretes, ou brigando tolamente aos murros”. Até mesmo as ervas daninhas e os venenos tinham seus usos essenciais, notava um herbanário:

\* Saios e coxotes eram as peças da armadura que protegiam as coxas; as manoplas ou guantes defendiam as mãos; as espaldeiras cobriam os ombros e os gorjais a garganta.